



O COOPERATIVISMO E A QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO EXCLUDENTE*

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa**

Em termos essenciais, a perspectiva de geração de ocupação e renda na União Europeia segue as respostas apresentadas pelas agências multilaterais (FMI, BIRD, Banco Mundial) no tocante a dinamização da tradicional *economia social* europeia – reconhecida nas cooperativas e associações – e, concomitante ou paralelamente, o fomento do *pequeno negócio*. No lugar do trabalho massivo e dos serviços públicos emergem variados programas de fomento as atividades empreendedoras ou associadas, em si fomentadoras da cultura do *trabalho por conta*

* Esse texto resulta de pesquisa realizada no estágio doutoramento exterior (Bolsa Sanduíche-CAPES) no ano de 2003 com a Doutora Fernanda Rodrigues no Centro de Investigações e Intervenções Educativas da FPCE da Universidade do Porto. O estudo tomou o formato exploratório e se baseou em pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas.

** Professora do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista PICDT e Sanduíche pela CAPES/Ministério da Educação, Brasil.

própria característica da luta de classes que se trava nessa ordem mundial de matiz liberal.

A partir de Portugal é possível perceber esse processo num contexto ambíguo de forte influência do centro capitalista - em que se constitui a União Européia¹-, e, ao mesmo tempo, na condição de formação social periférica no contexto da divisão internacional do trabalho, de onde se destaca a subordinação sócio-política às instituições européias e tradição nacional restritiva a esfera da proteção social pública. Nesse contexto de mundialização e crise do capitalismo desde os anos de 1980, Portugal acompanha o receituário dominante e se curva a destruição de postos de trabalho, a desindustrialização de suas poucas regiões de emprego mais massivo e esvaziamento de seus campos. Apesar de um período de certo fôlego na diminuição da pobreza no ano de 1995, a situação em Portugal estacionou e em cada cinco portugueses um é pobre, o que conforma 21% da população (EUROSTAT, 2003). Entre os segmentos mais pobres estão relacionados principalmente os idosos pensionistas acompanhados dos imigrantes e das minorias étnicas. Esses 21% colocam Portugal seis pontos acima da média européia e em penúltimo lugar em desenvolvimento humano dentro da própria Europa comunitária.

É oportuno lembrar que a *economia social* nasce, na maioria dos países europeus de tradição industrial, no Séc. XIX associada a indispensabilidade de resposta a economia de mercado que não acolhia a todos em suas necessidades sociais. Os movimentos operário, anarquista, cristão, e socialista (utópicos e reais) propugnavam e organizavam ações de interesse comum como cooperativas, mutualidades e associações que desempenhavam funções produtivas, de consumo e de interajuda em situações de vulnerabilidade (mortes, doenças, desemprego), querendo com isso responder a indiferença do mercado capitalista. Na França, por exemplo, em resposta ao liberalismo

¹ Como se sabe, a articulação entre os países do continente europeu vigora desde 1950, após a Segunda Guerra Mundial, mas somente em 1986 Portugal integrou a comunidade e só em 1993 com a vigência do Tratado de Maastricht – considerado um dos principais instrumentos jurídicos do neoliberalismo no continente, voltado para aplicação de políticas de restrição monetária e fiscal propulsor de estagnação econômica e desemprego; por meio desse tratado, a Comunidade Européia adotou o nome de União Européia (UE). Um marco na consolidação dessa articulação foi esse Tratado de Maastricht que instituiu formas de cooperação e políticas comuns para defesa e justiça, e ratificou o mercado único ao retirar barreiras para movimentação de bens, serviços, pessoas e capital; posteriormente, instituiu a moeda única – Euro – utilizado por 12 dos membros atuais. A União Européia é hoje a segunda maior potência capitalista do mundo com PIB (Produto Interno Bruto) de US\$ 9 trilhões; com a ampliação de 2004, o PIB aumenta em 10%, contando com mais 74,3 milhões de habitantes.

econômico do Século XIX, lutas sociais desencadearam a criação e regulamentação das cooperativas (1867), dos sindicatos (1884), mutualidades (1898) e das associações (1901). Hoje, considera-se a *economia social* francesa solidamente constituída, no sentido mercantil dominante, empregando 1,7 milhão de trabalhadores, 7,7% do emprego nacional.

Por outro lado, a partir do fordismo e keynesianismo, pós-Segunda Guerra Mundial, parte desse apoio social dos trabalhadores passou a ser direito social e responsabilidade pública estatal – quando não extinguiu, subordinou as mutualidades e associações a condição de quase aparelho do Estado. Nos países em que se celebrou esse arranjo, como a França, de maneira geral, as cooperativas também sucumbiram a uma maior formalização, diminuindo a motivação inicial em torno da *solidariedade de classe* e adequando-se as exigências da competitividade da economia de mercado com a modernização das forças produtivas, ampliação das estruturas organizacionais e burocratização das práticas participativas.

Nos anos recentes, com a crise do Estado providência e do pleno emprego, a temática da *economia social* e da *solidariedade* é recolocada sobre novas bases, principalmente porque atual processo de acumulação desenhado poupa mão-de-obra, extingue postos de trabalho e externaliza a produção. O desemprego estrutural e a terceirização da produção são elementos chaves desse processo econômico e de fragilização social na medida em que diminui o assalariamento e a proteção inerente ao trabalho regulamentado. A *economia social* reaparece como uma alternativa para vastos segmentos subjugados do quadro de emprego formal no centro e na periferia do capitalismo.

O Tratado de Amsterdam (1997) foi o primeiro acordo da União Européia que reconheceu o problema do emprego enquanto um fenômeno estrutural na região e assumiu, no final dos anos de 1990, como objetivo comum a estratégia coordenada para aumentar a ocupação e estabelecer processos de acompanhamento multilateral. A partir de então passou a constar de todas as políticas e ações comunitárias encaminhadas pela comunidade européia, o fomento a políticas locais de emprego, fortalecimento das pequenas e médias empresas e a associação com o *terceiro setor* como uma estratégia chave (Comissão Comunidades Européias, 2000). Como se vê, as

necessidades sociais são aqui modificadas pelas novas condições sócio-históricas e os organismos civis de proteção social ganham outros contornos nesse processo de mudanças.

As instituições da União Européia, como demonstram os Tratados de Maastricht, Amsterdam ou Nice, estão voltadas para o êxito da economia de mercado, sem controle público. As políticas de liberalização e desregulamentação, propugnadas com a criação do permanentemente alargado mercado que é a União Européia, tem possibilitado que grandes empresas se beneficiem das diferenças de salário, condição de trabalho e proteção social entre os países, de modo a baixar seus custos. A cada nova ampliação da União Européia, amplia-se também a competição brutal entre trabalhadores. A fragmentação e diversidade de regimes de trabalho (efetivo, parcial, temporário, terceirizado) repercute também no espaço geográfico com a subcontratação do trabalho em âmbito local, regional e global.

E, diante desse panorama social, de fato, o problema do emprego e reordenação do trabalho reestabelecem as relações da sociedade contemporânea com a *economia social*, dando institucionalidade as suas variadas formas para responder a flexibilização produtiva e a destinação de ocupação e renda para os excluídos do mercado formal de emprego².

Existe hoje em Portugal por interesse próprio e por incentivo da União Européia uma série de programas de fomento a modernização dessas práticas econômicas. Desde 2000 as iniciativas se concentram em quatro programas: INTERREG (Cooperação Transeuropéia para o Desenvolvimento Equilibrado); EQUAL (Desenvolvimento dos Recursos Humanos); LEADER (Apoio ao Desenvolvimento Rural); URBAN (Reabilitação Econômica e Social de cidades e zonas urbanas em crises tendo como objetivo promover o desenvolvimento urbano sustentável). Todos fortemente patrocinados pela União Européia.

O Programa Iniciativa Comunitária EQUAL (2000-2006), por exemplo, tem como objetivo testar novas formas de combater as desigualdades e as discriminações no

² O que não é novo na medida em que a *economia social* sempre reaparece em situações de crise econômica como ocorreu nas transformações iniciadas com a introdução do trabalho assalariado e o modelo de organização intensivo de exploração do trabalho; na crise de 1929/1930 que apontou para o estremecimento da regulação concorrencial no capitalismo; na crise contemporânea que reestruturou o capitalismo em bases transnacionais.

mercado de trabalho. Entre as prioridades temáticas para financiamento estão: empregabilidade; espírito empresarial; capacidade de adaptação; igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; requerentes de asilo. Outro programa considerado de relevo para essa problemática da ocupação no contexto português são as Empresas de Inserção que consistem em iniciativas econômicas de inserção de populações excluídas do mercado de trabalho mediante financiamento público.

Esses programas são financiados pelos Fundos Estruturais Europeus e se guiam pelos princípios da concentração do que chamam de “população de risco social”, programação adequada e pertinente ao que designam como “promoção da coesão social”, paternariado – articulação de diversos agentes implicados na ação local; complementariedade entre as instâncias organizacionais dos governos e da sociedade civil. A idéia central é fomentar pequenos negócios a partir de uma perspectiva de desenvolvimento voltada para as necessidades e vocações sociais da localidade em que estão inseridos. Os principais meios de fomento se concentram em políticas de microcrédito, de capacitação e de organização cooperativa em rede de microemprendimentos³.

Em verdade, a referência dessas experimentações são os microemprendimentos que tem a frente um trabalhador de tipo *empreendedor* – a moda do ideário liberal - organizado de modo autônomo, associado ou cooperativado. O que é tanto um novo modo de inserção social nesse contexto de mundialização do capital como uma arma para os mais fracos que não podem se manter em empregos protegidos⁴.

Todavia, é preciso destacar que nesses anos se constituiu também uma outra vertente de abordagem dos problemas contemporâneos do trabalho por meio da chamada *economia solidária*: práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal e que se manifestam por meio de ações individualizadas ou de

³ Aqui é preciso ter em conta que o tema da coesão social retoma as políticas e debates intelectuais na esteira dos acontecimentos que decorrem da crise do modelo fordista-keynesiano, tendo sua maior expressão a partir dos anos de 1980. Coesão, equilíbrio e harmonia, passam a configurar os debates intelectuais e políticos a partir da crise da chamada sociedade salarial europeia e que chegam enviesadamente a Portugal que não se firmou pela generalização do trabalho assalariado massivo. Os documentos avaliativos, diagnósticos e acordos da União Europeia são ilustrativos a esse respeito, bem como os estudos neo-durkeimeanos franceses.

⁴ A própria OIT (Organização Internacional do Trabalho) estabeleceu em sua recomendação 193/2002 o fomento as cooperativas nesse novo contexto das relações capital-trabalho. O que antes era apenas uma orientação para a periferia toma a forma de instrução para o conjunto dos países; para isso, inclusive, começou a desenvolver projetos em associação

agregados coletivos. Neste caso, a *economia solidária* reúne grupos em associação, cooperativas ou pequenas empresas baseados na cooperação e auto-gestão⁵.

Segmentos da periferia do capitalismo, como a América Latina, desde os anos de 1980, acolhem experiências coletivas de unidades econômicas a que chamam *economia solidária*; que em geral, são orientadas por diferentes matrizes ideológicas, tendo a frente organizações religiosas, partidos, sindicatos, associações ou organizações privadas. A partir dos anos de 2000 essa noção de *economia solidária* migra para o Fórum Social Mundial que se constituiu em 2001 e, assim, a economia solidária se associa as lutas antimundialização, herdeira das manifestações de enfrentamento ao Fórum Econômico realizado em Davos (Outro Davos), Seattle, Praga, Genebra e Bangcoc.

A potencialidade política e ideológica do ativismo em torno do Fórum Social Mundial no sentido de confrontar o capitalismo e fortalecer iniciativas de emancipação social é ainda de frágil interpretação sociológica. Entretanto, o fato é que vem conseguindo reunir ativistas contrários a mundialização e proporcionando o intercâmbio de experiências, pesquisas e lutas sociais. As contradições que encerra fazem parte de sua virtuosidade enquanto estratégia política de sociabilidade antimundialização, posta num contexto de redefinição das lutas sociais e de deslocamento do pensamento crítico das mazelas da sociedade de mercado.

Nesse campo de experiências reaparece o trabalho associado como quesito de uma experimentação não capitalista. Do ponto de vista dos documentos do Fórum Social Mundial, a produção associada, a diversidade da cultura local e a sustentabilidade ecológica dessas experimentações econômicas conformam os elementos chaves de projeção de espaços não capitalistas. A forma cooperativa é revisitada em suas origens

com a Aliança Internacional Cooperativa (ACI). E, em julho de 2003, a União Européia aprovou o Estatuto da Sociedade Cooperativa, visando fomentar e regular o cooperativismo (de negócios) no continente.

⁵ Costuma-se mencionar que a Europa latina é a que mais tem desenvolvido experiências nesse campo. A França, desde os anos de 1990, atua na área das finanças solidárias, comércio justo e em menor monta unidades produtivas solidárias; o segmento das finanças reúne hoje variadas entidades em torno de uma grande associação chamada FINANSOL movimentando recursos da ordem de 280 milhões de euros e 7000 empresas em 2001. A Itália se destaca pelas suas cooperativas sociais voltadas para serviços sociosanitários, vinculados a região de moradia das populações e baseadas em relações de proximidade.

para tratar estruturas mais igualitárias e participativas da unidade econômica⁶. Ainda que o cooperativismo tenha se acomodado ao capitalismo como são as cooperativas que conseguiram se colocar no mercado funcionando quase como empresas, com espaço inclusive para aquelas que existem legalmente enquanto tal, mas que correspondem a organizações de fachada - para se beneficiar de subsídios públicos e isenções fiscais -, cuja lógica é basicamente o lucro. Fazem uso das facilidades para acesso a crédito ou benefícios fiscais, mas se regem por práticas formalistas e autocráticas, sem participação substantiva dos seus membros⁷. As cooperativas de que se fala nesse terreno do Fórum Social Mundial é a de resgate das pioneiras referências do século XIX e de sua compatibilização com as necessidades sociais contemporâneas de um desenvolvimento sustentável, multicultural e solidário porque plasmado na gestão e propriedade coletiva das unidades econômicas⁸.

Ainda que a Europa tenha representação expressiva nesses fóruns e manifestações para construção de estratégias globais de enfrentamento do capital mundializado, isso se dá através de entidades e movimentos principalmente da França, Itália, Alemanha, Espanha e Suécia. Já Portugal mantém uma associação frágil com a articulação internacional antimundialização; realizou seu primeiro Fórum Social nacional em 2003 e, ainda com baixa mobilização e participação.

O quadro sócio-político na Europa não é dos mais benevolentes para as lutas sociais antimundialização, afinal houve severo condicionamento ideológico como o caso dos comunistas e democratas de esquerda da Itália sucumbiram ao neoliberalismo a semelhança do que ocorreu com o trabalhismo inglês ou os partidos socialistas francês

⁶ Refere-se aos valores experienciados nas práticas inglesas de Rochdale iniciadas em 1844 pelos trabalhadores industriais, e que se multiplicaram por outras iniciativas na Inglaterra e no mundo, sendo por isso considerada a experiência pioneira; a experiência *mater* do cooperativismo.

⁷ Há ainda as cooperativas que se tornam formas de precarização do trabalho possibilitando ao “empresário” não assumir encargos trabalhistas e remunerar menos os empregados. No Brasil, são também conhecidas como “pseudocooperativas” ou “cooperfraudes” ou “coopergatos”.

⁸ A experiência do Cooperativismo de Mondragón (Espanha) é um exemplo interessante pelas contradições que encerra. Ainda que alguns estudos apontem como prática bem sucedida de auto-gestão e eficiência (cf. Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez, Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: Boaventura de Sousa Santos (org). Produzir para viver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.p.37-41), outros estudos relevam o retrocesso dos processos democráticos em nome da maior eficiência a ponto de uma grande mudança operada em 1990 ter transformado o complexo cooperativo de Mondragón em uma empresa com gestão centralizada. Somado ao fato de aumentar o número de contratados para 40% - quando a taxa recomendada é de no máximo 10% de trabalho não cooperativado - e expandir o grupo para países periféricos desmembrando a cadeia produtiva a custos menores em

e espanhol. De modo geral, se dobraram a plataforma dos ajustes fiscais, liberalização e desregulamentações públicas, distanciando-se das suas agendas históricas em torno da igualdade e da universalização de direitos sociais.

O próprio sindicalismo europeu tem dado ênfase a sua vertente de gestão de negócios financeiros via fundos de pensão, distanciando-se em muito dos movimentos de massa contestatórios do mercado. Mesmo que outras tendências também se acrescentem ao mosaico de experimentações como o caso do COBAS (Comitê das Bases) italiano, da Confederação Internacional Galega (CIG) ou do Sindicato SUD na França, que confrontam essas práticas sindicais de parceria com o capital, submissão a ordem mercantil atrelada as políticas estatais.

Na realidade as articulações de resistência no continente europeu são diversas e muitas vezes dependentes “do vigor dos ataques, das tradições de luta, do peso dos setores das classes médias que podiam aproveitar da nova situação (principalmente nos países periféricos, como a Irlanda e Portugal)” (DREANO, 2003, p.205). Além disso, a conexão entre os movimentos sociais dos diversos países da Europa é ainda um desafio, mesmo em temas especificamente europeus e tendo 75% das legislações nacionais submetidas as diretivas da União Européia (DREANO, 2003). No caso de Portugal, é possível que a modernização do consumo operada com a diminuição das fronteiras econômicas, mais afaste que aproxime o adensamento de resistências sociais aos processos da mundialização. Efetivo também é, que na sociedade portuguesa densas sociabilidades de proximidade se engatam com o dinamismo econômico mundializado, o que provavelmente, se prolonga até as práticas de resistência amenizando a virilidade política de interconexões no continente e no mundo.

Portugal lida com essas experiências fragmentariamente, sem movimentos que articulem politicamente as iniciativas de enfrentamento da mundialização e se submetendo a *racionalidade do possível* que lhe é imposta pela União Européia em razão da injeção de recursos financeiros para as novas alternativas populares ao desemprego estrutural e a desproteção social. Ações na dimensão do financiamento de pequenos negócios costumam ser tomados como parte do envolvimento com essa *economia solidária*. Um exemplo disso são as atividades da Associação Nacional de

Direito ao Crédito (ANDC) e, no âmbito do continente, o Centro de Recursos de Microfinanças (CRM), onde a ANDC atua como sócio fundador e articulador das práticas em Portugal⁹.

Outra temática associada a essas alternativas é o do chamado *consumo responsável* derivado de um *comércio justo ou comércio ético e solidário*. Difundem a idéia de relações comerciais mais justas com os países do sul e constituição de uma rede de consumidores questionadores das relações comerciais internacionais¹⁰.

O *desenvolvimento local*, que é tomado como eixo de orientação dessas iniciativas econômicas populares e da perspectiva de desenvolvimento, encontra também em Portugal campo de experimentação. Para se ter uma idéia, já em 1994, Portugal sediava o seu primeiro encontro de mobilização em torno da temática. Nessa década se instituiu a Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – que cumpriu e cumpri papel de protagonista no crescimento dessas iniciativas no país e junto a rede de Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local. A idéia é que poupanças se apliquem às iniciativas de proximidade, em pagamentos de serviços localmente produzidos, fortalecendo a economia local. Hoje, além dessas iniciativas individuais de benevolência, tanto Portugal como a União Européia recomendam e financiam programas que apresentem ações nessa área.

Souza e outros (org.) Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003, p.177-191)

⁹ O CRM objetiva dar maior visibilidade a economia solidária junto aos decisores das políticas sociais da União Européia e dos seus Estados Membros, e, dar legalidade para as organizações de microcrédito e o trabalho independente nos países da União. Como se sabe, esse conceito de microcrédito nasceu em Bangladesh, na década de 1970, através de projeto de Muhammad Yunus com o Grameen Bank. Hoje, existem várias associações que atuam com microcrédito em mais de 60 países. Entretanto, é preciso que se diga que a iniciativa aproxima a população pobre do acesso a crédito, mas atuando com as bases do mercado capitalista, havendo em alguns casos diminuição da taxa de juros, mas os juros permanecem como a chave dessa relação econômica o que mantém o processo de transferência de renda ao capital.

¹⁰ As práticas de *comércio justo* desenvolvidas na Europa vêm sendo concebidas como de religação do Norte e Sul, ou seja, de relacionamento *justo* entre países ricos situados ao norte e países pobres do sul. Hoje, cerca de 340 cooperativas de 18 países do sul mantêm acordos com entidades do Norte para esse comércio / consumo ético. Também conhecido como *Fair Trade*, nasceu nos anos de 1960 por iniciativa de europeus e norte-americanos de ONGs, agências de cooperação e grupos consumidores. Vender produtos feitos por pequenos produtores vitimados pelo isolamento comercial ou pela pobreza, consistia em seu objetivo principal. Nos anos de 1970 definiram os princípios orientadores do que chamam relação comercial mais justa: preços mínimos e demandas de longo prazo para reduzir exposição a flutuações; preços justos (vinculados ao bem-estar de produtores e familiares) e proximidade com consumidores para excluir intermediação desnecessária; pré-financiamento da produção para viabilizar acesso ao capital; garantias de condições de trabalho saudáveis e seguras; proteção ao meio ambiente; igualdade de gênero; proteção às crianças; transparência na gestão e prestação de contas.

Não obstante, essas experiências tendem a se limitar as ações locais e ao provimento da subsistência: “reificação da comunidade e da cultura local e ao abandono das aspirações de solidariedade além da esfera local” (SANTOS E RODRÍGUEZ, 2002, p.56). Nem sempre seus protagonistas conseguem se deslindar das tarefas de constituição da atividade econômica mesmo para se vincularem as ações coletivas de formação crítica e de movimento social como por exemplo, as lutas antimundialização. O que possibilita que as experimentações se limitem a geração de renda para subsistência ou estruturação de negócio individualizado, em si alternativas de sobrevivência nos marcos da própria economia de mercado, enquanto política econômica compensatória de uma sociedade em crise de emprego regulamentado e reiterativa da arbitragem salarial proporcionada pela liberalização.

O campo observatório é de muita ambigüidade e contradição sendo ainda pertinente pensar até onde essa nova feição da economia social (e também a solidária) dá plasticidade a instituições concretas – parcela delas, é claro - que atuam no convencimento dessas formas de trabalho variadas, fragmentadas e desprotegidas. O consenso mercantil dos pequenos negócios e do empreendedorismo que escamoteiam a competição e a baixa salarial, por onde se materializa concretamente a hegemonia do capital sem constrangimentos públicos.

ENTRE A CRUZ E A ESPADA: O COOPERATIVISMO PORTUGUÊS PERANTE OS DESAFIOS DA MUNDIALIZAÇÃO

Em termos jurídicos e políticos, o cooperativismo em Portugal é assegurado na Constituição da República Portuguesa (CRP) e no Código Cooperativo¹¹. A literatura afiança que a participação do cooperativismo na economia é motivo de destaque, isso porque a riqueza produzida pelas cooperativas portuguesas estão perto dos 5% do PIB nacional, o que significa mais de 5 milhões de euros e o mercado de trabalho representa algo mais de 50.000 trabalhadores em cooperativas (1% do total de empregos). Segundo anuário estatístico do setor em 2000 Portugal somava 3.036

¹¹ Publicado no DR de 9/10/80, decreto-lei 454/80; alterado pelo Decreto-lei 238/81 de 10/8/81; alterado pela lei 01/83 de 10/1/83; e novamente revisto em 1996 (Lei n.51/96 de 7 de setembro).

unidades cooperativas com especial concentração nos ramos agrícola, habitação e serviços.

Praticamente em todo o território nacional há presença do cooperativismo, sendo de recente crescimento, incrementado nos anos de 1980 e num contexto de mudanças importantes congregando diferentes interesses e forças sociais, como os processos sociais e dilemas em torno da reestruturação capitalista e reforma do Estado sob a égide neoliberal, mas também os processos de redemocratização do país. É preciso saber até que ponto se constituiu num arranjo organizacional a escolha da forma jurídica cooperativa para desenvolvimento dessas áreas ou de fato subjaz intencionalidades de constituição de práticas de trabalho e produção de autogestão no sentido substantivo e não meramente formal.

Verifica-se que o setor cooperativo é extremamente dependente da ação do Estado. Além dos estudos marcarem a trajetória do cooperativismo em acordo com a ação do Estado, segundo as entrevistas realizadas, ultimamente, parte significativa do setor cooperativo sobrevive através do subsídio do Programa de Desenvolvimento Cooperativo – PRODESCOOP – criado pela Portaria n.52-A de 22/1/99 e revisto pela Portaria n.1160/2000 de 7/12/00. Por meio deste programa há o fomento a criação de novas cooperativas, a contratação de jovens e de profissionais de nível superior, bem como cursos, formação e estrutura material e financeira das unidades. Destacam papel essencial que “ *as cooperativas têm assumido na dinamização da economia social, contribuindo dessa forma para a construção de uma sociedade mais coesa, mais solidária e mais justa (...)*” (citado no Jornal Cooperativo de Língua Portuguesa, n.32, novembro 2002, p.21)

O programa se insere na chamada estratégia europeia de emprego e recebe financiamento dos fundos estruturais da União Europeia, particularmente no quesito que financia políticas ativas de emprego para segmentos vulnerabilizados como desempregados de longa duração, jovens, mulheres, indivíduos com baixa escolaridade e migrantes¹².

¹² Segundo a Confederação Europeia de Sindicatos, “Os fundos Estruturais Europeus são os instrumentos principais de que dispõe a União Europeia para a promoção da coesão social econômica e da solidariedade. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento harmônico da União Europeia em seu conjunto, assim como promover a melhoria das condições do meio ambiente. São instrumentos de grande importância para alcançar os objetivos do pleno emprego, competitividade e crescimento sustentável” (Confederação Europeia de Sindicatos. Fondos Estructurales

Mesmo que existam outras modalidades que transversalmente favoreçam as cooperativas, como por exemplo subsídios a agricultura, são aqueles que se realizam por meio ou em parceria com o INSCOOP – Instituto Antonio Sérgio do Setor Cooperativo, como o caso do PRODESCOOP, que de fato constituem as práticas de política pública do governo português para área. O instituto, criado em 1977, se destina formalmente a incentivar o desenvolvimento do setor cooperativo, fiscalizar e credenciar cooperativas, bem como coordenar as funções do poder público na área (Decreto-lei n. 63/90 de 20/02/1990) .

Pelo que se pode deduzir da documentação analisada, o INSCOOP cumpre de fato com protagonismo essas tarefas junto ao setor, por vezes, transparecendo que exerce uma função de representação política ou sindical do setor, o que é absolutamente paradoxal perante sua condição sócio-jurídica de instituto público, órgão de governo. Mas, essa possível confusão não está alheia aos processos de interação Estado-sociedade em Portugal, a ponto de verificarmos que o instituto representa Portugal em instâncias de representação como membro da Aliança Cooperativa Internacional, que reúne as cooperativas de todo o mundo e da Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa (OCPLP), formada em 1997 com seu incentivo direto¹³.

Aliás, mantém uma relação intensa de cooperação com os países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e, Timor Leste) editando uma revista própria de difusão das experiências cooperativistas, seminários e debates desses outros países; realizando treinamento de pessoal e assessoria para difusão das práticas de organização e estruturação de cooperativas. Aqui de certo modo o INSCOOP mantém um canal importante para a União Européia estabelecendo essa ligação ou intermediação com a periferia, principalmente com esse segmento africano. Com o Brasil, estabelece parceria direta com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), - considerada representante do cooperativismo tradicional brasileiro, por onde floresceram as grandes cooperativas

Comunitários 2000-2006: guia para sindicalistas. www.etuc.org/fr/dossiers. Estes fundos incluem o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu, os Fundos para Agricultura e Pesca, e, o Fundo de Coesão, assim como outras iniciativas comunitárias.

¹³ Constituída como associação internacional para difusão do cooperativismo e intercooperação entre as cooperativas lusófonas.

agrícolas e o chamado *agronegócio* – e com quem realiza parcerias de estudos e publicações.

Merece destaque o investimento que realiza para a difusão de idéias e formação de pessoal por meio de cursos, publicações e seminários; bem como, a função de fiscalização, credenciamento e agenciamento de cooperativas para programas de financiamento público. É perceptível no material investigado que esse protagonismo lhe atribui um poder acentuado nos rumos que toma o cooperativismo em Portugal, o que mereceria uma verificação mais apurada – não possível de se realizar aqui – de modo a apreciar em profundidade os interesses sociais em jogo nessa atuação do instituto, levando-se em conta a participação direta na destinação de verbas públicas e da cultura cooperativista.

Por meio do interesse particular e exploratório desse estudo, foi possível perceber a ocupação da entidade na difusão de uma narrativa linear acerca das mudanças que se operam na vida social por meio da mundialização capitalista, onde as cooperativas por sua flexibilidade podem ocupar lugar de relevo tanto na geração de renda quanto na prestação de serviços sociais preenchendo o lugar deixado pela privatização das responsabilidades públicas estatais. O estudo tomou o formato exploratório, servindo por isso como uma primeira aproximação ao tema realizada como sinalizado anteriormente por meio de pesquisa bibliográfica, documental¹⁴ e entrevistas. Apresenta-se daqui em diante um dos eixos desse estudo, que tomou o INSCOOP – Instituto Antonio Sérgio para o Setor Cooperativo – como um agenciador privilegiado do cooperativismo em Portugal, referência para os informantes consultados. Vejamos em seguida como isso se apresenta.

Em primeiro lugar, observa-se que a temática globalização emerge nos textos discursivos como um grande pano de fundo da contemporaneidade mundial e como um elemento estratégico para fazer crescer o setor cooperativo. Há uma clara noção da possibilidade de uso do momento para alargar a área de influência do setor na sociedade; um certo “senso de oportunidade”, tomando inclusive o cooperativismo

¹⁴ No conjunto foram consultadas três modalidades distintas de publicações periódicas do INSCOOP: 1) Revista Cooperativas e Desenvolvimento, de edição bimensal, somando um total de 24 publicações dos anos de 2000, 2001, 2002, 2003. 2) Jornal Cooperativo de Língua Portuguesa, em estilo revista e com edição incerta, somou 08 exemplares distribuídos irregularmente pelos anos de 2000 (02 unidades), 2001 (03 uniddes), 2002 (02 unidades) e 2003 (01 unidade). 3) Anuário Comercial do setor Cooperativo 2001/2002.

como alternativa social: *“Na verdade, vivendo nós num mundo em que o modelo soviético murchou, não podemos esquecer que os últimos dez anos tornaram evidente que os automatismos de mercado, por si sós, não são suficientes para garantir o advento de uma sociedade equilibrada, justa e livre. Nesse terceiro sector, ainda disperso, heterogêneo, embrionário, sem uma identidade estável, reside uma parte não negligenciável do potencial renovador das sociedades atuais. Nele tem lugar de destaque o cooperativismo como viagem e como horizonte, como prática cotidiana e como aspiração de futuro.”*(NAMORADO, 2001, p.126)

Frente a ausência de uma alternância social ao projeto do mercado capitalista o cooperativismo passa a compor um modelo sociopolítico de sociedade na visão entusiasta dos protagonistas das entidades. Todavia, isso não é novo. Essa visão do cooperativismo como uma via independente do capitalismo e do socialismo já aparecia nas idéias de pioneiros como Robert Owen e Antonio Sérgio, por exemplo. No momento, ganha maior força ideológica em razão da própria queda das experiências socialistas no Século passado.

Por outro lado, é possível perceber que eles associam explicitamente a pertinência das cooperativas com o novo modelo de gestão da produção baseada em pequenos nichos produtivos, flexíveis e mais acolhedores ao saber laboral: *“ As cooperativas são cada vez mais, reconhecidas como empresas capazes de criar riqueza e ao mesmo tempo gerar relações de solidariedade e de equidade na repartição dos resultados. (..)enfrentam os condicionalismos das relações econômicas no mercado globalizado em que vivemos, aprendendo a posicionar-se perante os desafios da mundialização, das novas tecnologias, das novas necessidades econômicas e sociais dos seus membros e dos seus clientes.”* (Jornal Cooperativo de Língua Portuguesa, n.32, novembro 2002, p.3)

Quer dizer, mesmo que esse modelo de gestão do trabalho e da produção seja fruto da reestruturação capitalista e das suas nocivas artimanhas para valorização no mercado – objeto de crítica dos cooperativistas – é, lançando mão dessas mesmas alternativas flexibilizadas que os cooperativistas querem ampliar espaço no mercado capitalista.

Na realidade, a idéia empresarial da cooperativa é abordada com efetiva satisfação enquanto garantia de inserção na economia de mercado e, por isso, situação

de certo prestígio social num contexto que valoriza essa capacidade de solidez para intercambiar mercadorias. Entretanto, um paradoxo se impõe, pois não está ausente nas narrativas a ilação aos pressupostos originários do cooperativismo como a participação igualitária no usufruto da produção e gestão. Quer dizer, mesmo enfrentando os problemas da empresabilidade no mercado, acreditam eles que mantêm-se “ *os valores que as tornam diferentes e lhes permitem apresentar mais-valias como sejam a participação e o controle democrático e a repartição equitativa dos resultados.*” (Jornal Cooperativo de Língua Portuguesa, n.32, novembro 2002, p.3).

Apesar do processo de gestão participativa e democrática distinguir – mesmo que formalmente-, a cooperativa da empresa capitalista tradicional, esse não é um processo linear e a-histórico como deixam transparecer as narrativas difundidas nos veículos de divulgação estudados. Vários estudos demonstram a complexidade do empreendimento econômico cooperativo e o quão difícil a realização da democracia, bem como da sua inserção social na comunidade local. Com frequência o sentido social do cooperativismo se limita a promoção dos interesses dos associados com frágil repercussão sobre o desenvolvimento local e regional ou associação a outras entidades e movimentos sociais. O mesmo pode ser dito sobre a adoção de políticas de modernização de processos produtivos nas cooperativas às custas de desemprego e inviabilização de pequenas produções familiares, como é o caso do setor das cooperativas agrícolas.

A participação interna não é também um condicionante a priori, como quer transparecer o conjunto dos textos estudados, mas fruto de conflitos e contradições no processo de exercício do poder. Em geral, as fontes investigadas não fazem qualquer menção a problemas, conflitos ou dificuldades para fazer crescer a cultura coletiva entre os cooperativados. Ao contrário, o tom das narrativas é de que a adoção dos valores propugnados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), Constituição da República Portuguesa e INSCOOP se resolveriam com o testemunho de aceitação e divulgação dos mesmos. A complexidade das relações sociais que se processam entre pessoas de distintas experiências sociais e recursos de poder não aparecem como um problema sociológico para essa coletividade. Tudo parece se resolver pelo princípio “a

cada um, um voto”. O que não ocorre linearmente, afinal as cooperativas expressam e reproduzem as diferenças econômicas e sociais da sociedade.

De certa maneira o conjunto dos discursos analisados são de defesa do cooperativismo contra os poderes econômicos do mercado capitalista, do Estado que nem sempre lhe rendeu apoio e os movimentos políticos, associativos e sindicais que fazem críticas a acomodação das cooperativas ao mercado capitalista ou a despolitização de suas práticas. Talvez, por isso sejam narrativas que escondem os problemas para se auto justificarem.

Trata-se de uma visão institucionalista que rechaça a crítica de segmentos do movimento sindical e das forças políticas antimundialização reunidas em torno por exemplo do Fórum Social Mundial, particularmente no que diz respeito a prática tradicional do cooperativismo, avesso a radicalização das práticas de autogestão e da sua associação a projetos ideológicos de superação do capitalismo. Compreende-se aí que a crítica deva se constituir nos fóruns e espaços da ACI, entidade secular do cooperativismo. E, a partir disso, vai se constituindo uma cultura do não debate, uma cultura antipública das práticas cooperativistas institucionalizadas.

As narrativas tendem a ser descritivas e apolíticas, elidindo o problema das relações de poder que se estabelecem nesse universo; fala-se do cooperativismo de um auto-designado lugar de universalidade em consonância com essa visão do cooperativismo como acima das diferenças sociais e permissível a diferentes regimes políticos e econômicos.

Por esse caminho são definidas arenas de melhor conveniência para o cooperativismo, como essa adesão aos novos tempos da mundialização dominante que aparece no discurso como uma exigência contemporânea já dada e onde o movimento cooperativista tem função social relevante, *“a função social do movimento cooperativo passa, em grande medida pela ligação do movimento às tendências sociais contemporâneas, desde as preocupações ambientais, às da defesa do consumidor, às questões da qualidade, do emprego e do apoio a grupos desfavorecidos. (...)num ideal de globalização dos valores cooperativos, contrapondo-se à globalização liberal promotora do individualismo e responsável pelo aumento das desigualdades e da*

exclusão social.” (Jornal Cooperativo de Língua Portuguesa, n.32, novembro 2002, p.9)

O discurso aparentemente incoerente parece indicar um certo conservadorismo, pois adere ao novo – aos novos temas e problemas como questões ambientais e exclusão social- para não perder a tradição, a refuncionaliza à época, sem perder sua aparente estabilidade na relação com o mercado capitalista tradicional. A ambiguidade do discurso é funcional ao próprio firmamento do cooperativismo enquanto tal. Para entender melhor isso seria válido explicitar as perspectivas pensadas para o cooperativismo nesse contexto de mudanças.

Trata-se de inserir as cooperativas no espaço aberto pelas privatizações – *“a mutação da atitude pública em face dos direitos econômicos e sociais pode abrir uma área de intervenção cooperativa a que se não pode renunciar.”*(NAMORADO, 2001, p.74)

A concepção estratégica da presidenta da ACI Europa – Pauline Green pode ajudar nesse sentido, comenta ela: *“não tenho dúvidas de que as cooperativas são um excelente modelo para os jovens que procuram alternativas na base da solidariedade e companheirismo, numa perspectiva não conflituosa, mas construtiva.”* (Revista Cooperativas e Desenvolvimento, n.22, 2002, p.12). De certo modo ela reafirma a proposta do cooperativismo como uma via independente e distinta dos projetos capitalista e socialista. Melhor, reitera sua qualidade por possibilitar o envolvimento dos jovens sem o recurso a enfrentamentos e conflitos que seriam inerentes a distinção de classe, etnia, gênero e geração, possivelmente latentes para uma população jovem que não vê muita perspectiva de futuro no mercado formal de trabalho, conforme atestam os indicadores sociais dos últimos anos.

Aqui se reacende a idéia do *não conflito* no âmbito do cooperativismo e do *não debate* sobre as práticas cooperativistas das experiências socialistas: *“Nós compreendemos a história do movimento cooperativo nos países do Leste Europeu e as dificuldades que eles terão que ultrapassar, mas os Governos têm que compreender que há um modelo democrático e participativo de sucesso na Europa Ocidental e que é esse modelo que eles têm que adotar nos seus países.”* (Revista Cooperativas e Desenvolvimento, n.22, 2002, p. 13)

A idéia de uma *prática única de sucesso* como a dos países capitalistas tradicionais, parece funcionar em seu discurso como argumento único de imposição de um modelo, - *o modelo dos vencedores* - movimento em si contraditório com o próprio princípio participativo e democrático propugnado pela ACI e, quisera, base de sua legitimidade.

Mas, o que prevalece de fato é a concepção empresarial que se prolonga para outras esferas sociais como a proposta de aquisição de ações de clube de futebol a partir dos dividendos ganhos pelos trabalhadores nas empresas em que estão empregados, “*Ora como individualmente as suas ações pouco ou nada valem, começa a haver uma tendência de as pessoas se organizarem em cooperativas que investem em ações dos clubes, ganhando assim voz nas assembléias gerais. (...)*” (Revista Cooperativas e Desenvolvimento, n.22, 2002, p. 13)

O modelo cooperativo acaba se constituindo num projeto de gestão empresarial adequado ao novo contexto de pulverização das ações moleculares de mercantilização que atinge o contexto contemporâneo dando um certo ar participativo e integrativo dos envolvidos. Por outro lado, as cooperativas figuram também como modelos organizacionais adequados aos tempos de desregulamentação de direitos sociais, quando não mais o Estado figura como responsável pela coletividade e nem o setor lucrativo mantém interesse direto nos serviços comunitários - “*A idéia de criar empresas com base nas pessoas e não no capital tem origem no séc.XIX. Porém, a forma cooperativa está especialmente bem adaptada à economia européia no início do séc.XXI.*” (Revista Cooperativas e Desenvolvimento, n.22, 2002, p. 15).

Isso porque, difundem eles, que a estrutura cooperativa permite que os utilizadores influenciem as empresas para atender diretamente as suas necessidades - “*a maioria das empresas não cooperativas (...) desconhece que a forma cooperativa pode ser um veículo adequado às suas actividades comuns. (...) muito embora fundamentada em idéias do séc.XIX, desenvolvidas com a colaboração de Owen, Gide, Reiffenisen, Sérgio e Luzzatti, entre outros, pode proporcionar soluções práticas para os problemas do séc.XXI. (...) a participação por parte dos trabalhadores, utilizadores ou pequenos empresários, pode dar origem a ganhos de eficiência e poder de mercado.*” (Revista Cooperativas e Desenvolvimento, n.22, 2002, p. 15-16)”

Mas, esse dinamismo está a exigir maior fundamentação em processos educacionais amplos que envolvam os distintos níveis de ensino formais, práticas das próprias cooperativas e institutos de apoio. Ao menos essa é a visão veiculada nas publicações do INSCOOP que analisei, o que só atesta a herança do segmento já que trata-se de um tema recorrente no campo do cooperativismo desde seus primórdios. A idéia de conquistar legitimidade para o cooperativismo por meio da educação é um ponto bem acentuado desde os pioneiros do Século XIX. Entretanto, na atualidade a ênfase se concentra na profissionalização dos processos de produção, gestão e comercialização de modo a ganhar maior competitividade. A própria OIT estabelece na sua recomendação 193 como estratégico para dinamização do cooperativismo a promoção do “*ensino e formação em matéria de princípio e prática cooperativos a todos os níveis apropriados dos sistemas nacionais de educação e de formação, e na sociedade em geral*” (Jornal Cooperativo da Língua Portuguesa, n.29, 2001, p.22)

Nessa linha se situa a Universidade Cooperativa Européia, criada em 2002 como um projeto financiado pelo Programa Leonardo da Vinci da União Européia¹⁵ - “*promovido pelo agrupamento dos Colégios Cooperativos de França com a colaboração de universidades e organizações de apoio ao cooperativismo e à economia social de alguns países europeus. Tem como objetivo responder à necessidade das novas qualificações dos profissionais da economia social, que se traduzem na busca de novas competências e formações específicas.*” (Jornal Cooperativo de língua Portuguesa, n.31, 2002, p. 25)¹⁶

Como se pode ver, nesse conjunto de ações de intercâmbios e práticas educacionais se acentua não só o cooperativismo, mas a *economia social* como campo mais abrangente

¹⁵ O Programa Leonardo da Vinci da União Européia para o período 2000/2006 destina-se a apoiar e complementar atividades dos Estados-Membros para melhorar a qualidade das políticas e práticas de formação profissional com vistas ao reforço da competitividade, espírito empresarial e novas oportunidades de emprego em experiências de promoção da cooperação transnacional (cf. Agência Nacional para os Programas Sócrates e Leonardo da Vinci: www.socleo.pt)

¹⁶ Cf. www.universite-cooperative.coop . Portugal integra esse projeto com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e o INSCOOP. Constituem seus parceiros instituições da França, Bélgica, Itália, Alemanha e Espanha. Corresponde a uma rede de parceiros universitários e profissionais na Europa, centrada em estudos, pesquisas e formação de empresários sociais para economia social e solidária. Entendem que há um “modo europeu de empresariamento social” e que a função de empresário social exige competências específicas e a elas querem se dedicar nos processos investigativos e de formação à distância.

e horizonte de investimento necessário nesse novo contexto sócio-econômico: “*Nesta linha de futuro, podemos identificar entre as novas cooperativas que se vão constituindo em Portugal exemplos dum cooperativismo atento as necessidades deste século XXI. Refiro-me em primeiro lugar ao crescimento das cooperativas de solidariedade social, inovadoras no trabalho desenvolvido com os grupos mais desfavorecidos, como inovadoras na própria organização interna, aberta a utentes, familiares e técnicos. Significativo é também o trabalho das cooperativas no desenvolvimento local e regional, como agências de desenvolvimento, com preocupações não só sociais e económicas, mas igualmente de sustentabilidade ambiental e de recuperação e valorização dos recursos endógenos. Outros campos inovadores em que começam a surgir cooperativas, são o da agricultura biológica e o das relações norte-sul, nomeadamente na organização do chamado comércio justo, promovendo o trabalho, os direitos humanos e o ambiente.*” (Jornal Cooperativo de Língua Portuguesa, n.32, 2002, p.9-10)

Um estudo do INSCOOP argumenta que a chegada de 1 milhão de novos residentes vindos das ex-colônias, a redução do emprego no campo e a exclusão de massas trabalhadoras dos centros urbanos por força das mutações tecnológicas, seriam elementos propulsores da expansão das organizações de solidariedade social desde os anos 1980 ampliando o espaço da *economia social* na sociedade portuguesa.

A abertura de ocupação é significativa, pois o emprego no segmento terceiro setor cresce num movimento mais positivo que o mercado tradicional de trabalho da economia portuguesa: “*Actualmente estima-se que 50 mil pessoas trabalhem em cooperativas e outras 50 mil trabalhem em IPSS (inclui mutualidades, misericórdiaa e alguams fundações), no seu conjunto sensivelmente 2,2% da população empregada em Portugal*” (NUNES, 2001, p.96).

De certo modo, o discurso é ainda vacilante quanto a essas relações entre cooperativismo e *economia social*, sendo, todavia, aderente as linhas de investimento da União Européia que estão a promover a *economia social* como forma de suplementar a fissura deixada pelo desemprego estrutural. Mais que isso, pelo que se pode depreender, o cooperativismo é que pode contribuir com esse novo universo de práticas de ocupação e renda da *economia social*. Pela própria indução das verbas e do

debate em torno da questão social na contemporaneidade, o entrelaçamento entre cooperativismo e economia social se torna uma *problemática legítima* no campo das políticas públicas de ocupação e proteção social.

Com essa orientação, viu-se que as idéias hegemônicas veiculadas pelo INSCOOP estão centradas numa perspectiva corporativista de consolidação da área, sem qualquer alusão a conflito ou embate de visões de mundo diferenciadas. Tão pouco a qualquer manifestação a respeito do Fórum Social Mundial onde se articulam experimentações cooperativistas contrapostas ao cooperativismo tradicional que se acomodou ao capitalismo. Em contrapartida, há efetivo interesse em dar orientação e liderança a *economia social* que emerge como campo de ocupação e renda. Viu-se ainda que essa tendência do INSCOOP para um cooperativismo mais tradicional pode ter maiores consequências em razão da dependência que o cooperativismo português mantém com o Estado.

Como se sabe, o cooperativismo enquanto prática de resistência foi amplamente difundido no mundo, mas, em muitas experiências, institucionalizou-se no sistema de dominação, burocratizando-se e na maioria dos casos adequando-se a ordem moral capitalista. Assim pode ser vista a extensa maioria das unidades cooperativistas, menos ocupadas com a participação ativa de seus membros e mais com o fortalecimento empresarial das cooperativas na economia de mercado. Outro enfoque é o que vem sendo experienciado nas lutas antimundialização, ensaiando a reinvenção da democracia substantiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDC. Microcrédito. In: *Boletim da Associação Nacional de Direito ao Crédito*, N.15. Lisboa: ANDC, junho 2003.
- ANUÁRIO COMERCIAL DO SETOR COOPERATIVO 2001/2002. Lisboa: INSCOOP, 2003.
- CHESNAIS, François. *Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 2001.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. *Ação local em prol do emprego: uma dimensão local para estratégia europeia do emprego*. Bruxelas: União Europeia, 2000.
- CONFEDERAÇÃO EUROPÉIA DE SINDICATOS. *Fondos Estructurales Comunitários 2000-2006: guía para sindicalistas*. www.etuc.org/fr/dossiers

- COSTA, Fernando Ferreira. *Contributo português na ideação de uma economia social*. Lisboa: INSCOOP, 1991.
- DREANO, Bernard. A Europa Ocidental. In: AMIM, Samir e HOUTART, François (orgs.). *Mundialização das Resistências: o estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez, 2003.
- HOUTART, François e POLET, François (orgs) *O Outro Davos: mundialização de resistências e de lutas*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 163-164.
- JORNAL COOPERATIVO DA LÍNGUA PORTUGUESA, n.29. Lisboa: INSCOOP, novembro 2001.
- JORNAL COOPERATIVO DA LÍNGUA PORTUGUESA, n.32. Lisboa: INSCOOP, novembro 2002.
- JORNAL COOPERATIVO DA LÍNGUA PORTUGUESA, n.31. Lisboa: INSCOOP, novembro 2002.
- JORNAL COOPERATIVO DA LÍNGUA PORTUGUESA, n.33. Lisboa: INSCOOP, novembro 2003.
- MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Souza Santos (org). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.437-470.
- MOTA, Carlos Alberto Magalhães. *Antônio Sérgio: a cultura, a democracia e a educação*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. www.geocities.com/ail_br/antoniosergioculturademocracia.htm.
- NAMORADO, Rui. *Horizonte cooperativo: política e projecto*. Coimbra: Almedina, 2001.
- NUNES, Francisco e outros. *O terceiro sector em Portugal*. Lisboa: INSCOOP, 2001.
- ORTELHADO, Pablo. Mondragón e os impasses do cooperativismo. SOUZA, André Ricardo e outros (orgs.) *Uma outra economia é possível*. São Paulo: Contexto, 2003, p.177-191.
- REVISTA COOPERATIVAS E DESENVOLVIMENTO, n.21. Lisboa: INSCOOP, set/out 2002.
- REVISTA COOPERATIVAS E DESENVOLVIMENTO, n.22. Lisboa: INSCOOP, nov/dez 2002.
- REVISTA COOPERATIVAS E DESENVOLVIMENTO, n.24. Lisboa: INSCOOP, mar/abr 2003..
- RODRIGUES, Fernanda. *Assistência e políticas sociais em Portugal*. Lisboa: CPIHTS/ISSS, 1999.
- SANTOS, Boaventura S. *O Estado e a sociedade em Portugal:1974-1988*. Porto: Afrontamentos, 1992.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. A reinvenção solidária e participativa do Estado. *Oficina do CES*, n.134. Coimbra: Centro de Estudos Sociais/UC, janeiro de 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa Santos e RODRIGUÉZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.p.37-41
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Aula do Curso Globalização Alternativa e as Organizações Não-Governamentais no Espaço de Língua Oficial Portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, outubro de 2003. Anotações de aula. mimeo.
- SANTOS, Beja e TOMÉ, Artur. *Consumactor: o consumidor contra a má globalização*. Lisboa: Temas & Debates, 2003.